

De volta ao casulo? O descompasso da renovação da antiga ilusão da “democracia racial” perante a crise

Diogo Joaquim dos Santos*

Resumo:

No presente artigo realizamos uma reflexão em torno da forma como os argumentos “multiculturalistas” de interpretação do racismo brasileiro não superaram, pelo contrário, confirmam alguns pressupostos centrais do conhecido “mito da democracia racial”. Se a ascensão burguesa na transição abolicionista alicerçava-se em torno dessa estratégia de dominação classista, a renovação de seus argumentos perante a crise atual emerge enquanto produto irracionalista desse contexto. Em meio ao esgotamento evidente das reformas do neoliberalismo no âmbito das alianças e pactos anteriormente abertos e ao crescente estado de respostas da classe trabalhadora aos ataques que sofre, remói-se o deslocamento da luta de classes para a esfera particular da cultura, de modo que esse descompasso ideológico remonta à própria natureza da crise e sua filosofia política decadente.

Palavras-chave: multiculturalistas; mito da democracia racial; classe trabalhadora; crise.

Back to the Cocoon? The Discordance of the Renewal of the Old Illusion of “Racial Democracy” in the Face of Crisis

Abstract:

In this article we reflect on how “multiculturalist” interpretations of Brazilian racism fail to overcome and, on the contrary, even confirm some central assumptions of the well-known “myth of racial democracy.” If the bourgeois ascent of the abolitionist transition was based on this strategy of class domination, the renovation of its arguments in the face of the current crisis emerges as an irrational product of this context. In the midst of the evident exhaustion of neoliberal reforms embedded in the alliances and pacts forged earlier, and the growing response of the working class to the attacks it suffers, the class struggle is moving to the sphere of culture in such a way that the ideological discordance is rooted in the nature of the crisis itself and its decadent political philosophy.

Keywords: multiculturalists; Myth of Racial Democracy; Working Class; Crisis.

* Doutorando em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), São Paulo-SP, Brasil. Bolsista CAPES. End. eletrônico: diogo.jsan@gmail.com

Introdução

Neste artigo, realizamos uma reflexão sobre a forma renovada com que algumas teses multiculturalistas recorrem a uma crítica que não ultrapassa, pelo contrário, trata de recriar politicamente determinados aspectos do conhecido “mito da democracia racial”. Minha suposição inicial é que, enquanto estratégia de dominação burguesa da transição abolicionista, a emergência de tal “mito” agora não se confirma como antes, revelando seu caráter ideológico irracionalista e decadente perante a crise estrutural do capitalismo contemporâneo.

Ao longo do processo de transição da escravidão para o trabalho “livre”, como se sabe, uma ideologia se formou como parte integrante daquelas mudanças, atrelada à transformação do modo de produção da vida social, cultural e política. Tratava-se de afirmar que o produto da “miscigenação” não seria mais aquele negativo, como sugerido, entre outros, por Silvio Romero e aperfeiçoado por Oliveira Vianna em sua interpretação da formação histórica do Brasil.

Sabemos também que enquanto parte integrante do pensamento social e político daquela transição, o referido “mito” não poderia ter sido criado por Gilberto Freyre, como recorrentemente encontramos em diversas pesquisas, mesmo que seja um fato a perspectiva política deste autor e seus estudos realmente terem confirmado seu apoio conservador àquela tese e aos desígnios mais gerais da burguesia, durante a fase de maior incorporação de trabalhadores, negras e negros, no mercado de trabalho, ao longo das décadas de 1930-1940.

Em meio às continuidades da opressão racista, machista e classista, afirmava-se que o destino do país enquanto nação estaria fadado ao sucesso devido a traços de nossa diversidade étnica. Isso não apenas ocultava o racismo e suas consequências devastadoras para a população negra, mas, ao passo em que se valia dos anseios de ampla parcela da população aspirante à conquista da cidadania (mesmo em seus termos formais e limitados), era de interesse da burguesia esvaecer os ânimos de revolta e contestação que se formavam nas organizações de negros.

Nas últimas décadas, para nossa surpresa, uma corrente de pensamento se coloca no debate da interpretação do Brasil contemporâneo, na busca por resgatar aquilo que nos constitui positivamente enquanto sociedade. No entanto, escavando o particularismo das representações e símbolos, e dos indivíduos representados e imaginados, obscurecem os seres sociais ativos e suas diversas determinações reais, recaindo na negação das bases concretas da realidade social. Dão passos largos, nesse sentido, afastando o quanto possível a dominação de classe de suas análises, como se enquanto fiduciários da ilusão burguesa, fosse chegada a hora de se colocar perante todos como se falassem em nome de todos.

É possível realizar uma ponderação, nesse contexto, partindo de uma conhecida análise marxiana acerca do processo de dominação burguesa na história: as pretensões burguesas de repetir no presente o que foi feito no passado frente a uma crise não se confirmam. Ou ainda, o grande fato da emergência dos ilusionistas do “mito da democracia racial” em nossa história primeiro ocorreu como tragédia e hoje reaparece como farsa.

Não se trata de uma “fórmula” de Marx nem de transferir, de forma atemporal e a-histórica, para o contexto brasileiro atual a análise feita por ele em O 18 Brumário. Mas ela ajuda a elucidar o que vivenciamos em meio à crise atual.

Como tragédia, não porque buscamos por espelhos da dinâmica capitalista eurocêntrica, como se aqui houvesse uma burguesia revolucionária no comando direto das transformações que se seguiam, mas porque os ludibriadores do referido “mito” foram eficazes na construção política da fronteira ideológica entre as formas de maior integração das demandas operárias com as demandas particulares dos que sofriam diretamente com o racismo – fronteira essa imposta também, em larga medida, pela perspectiva stalinista de compreensão da totalidade, a qual marcou grande período da história dos partidos de esquerda no país, sob a ilusão de que a questão racial seria um tema subalterno na luta de classes. Isto foi parte integrante da ascensão burguesa, integrando os pressupostos materiais, políticos e culturais da via cidadã contra as revoltas que ocorriam.

Como farsa, porque agora a insustentabilidade das “promessas” da burguesia em prol de uma sociedade multiétnica democrática tem se mostrado cada vez com maior força, em um contexto de crescente perda de direitos dos trabalhadores, com a virada antidemocrática conservadora que institucionalizou um golpe de Estado. Assim como tem como tem ficado evidente que o encarceramento crescente e o genocídio da população negra e pobre está atrelado à eliminação de quaisquer conquistas democráticas nesse âmbito. É o que nos chega como mensagem, por exemplo, por meio do assassinato da vereadora negra militante Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes. Marcas da impenetrabilidade da democracia burguesa, quando se exaurem as possibilidades de reforma.

Cientes do que nos é sinalizado na vida real, não seria preciso enumerar os fatos que nos mostram como as formas de pensamento burguesas multiculturalistas sobre estarmos próximos ou distantes de uma democracia racial, mas “no caminho dela”, expressa a decadência ideológica em um contexto de crise. A ideia de que a resposta para opressão racial estaria em nosso “âmago miscigenado” é capciosa e desesperada, expondo a decadência ideológica perante o contexto da crise.

Breves notas sobre o mito e a realidade da transição

O que se conhece como “mito da democracia racial” pode ser entendido como expressão da dominação (política, cultural, ideológica e material) burguesa no período de transição da escravidão para o trabalho “livre”. Situa-lo enquanto parte integrante de nosso processo histórico é importante, pois confere densidade histórica à compreensão de seu caráter ideológico.

Justamente por isso, considero desde já que o referido “mito” não foi criado por analistas ou meramente reforçado pelos estudiosos estadunidenses. Isto seria apontar que uma ideologia possa, em sentido estrito, determinar a vida social, retirando a dialeticidade dessa relação. Ademais, não implica dizer que o mundo material tenha apenas refletido uma determinada ideologia¹, mas que aparecem ambos como indissociáveis nesse processo, possuindo determinações muito evidentes: a realidade material e as formas de consciência a ela conectadas se transformam e se compõem de forma dialética, pois a consciência não está em nível totalmente autônomo da realidade, apesar de evidenciarmos uma autonomia relativa entre esses campos na vida dos seres sociais.

Posto isso, é possível inferir que, se não foi com Gilberto Freyre que nasceu o “mito da democracia racial”, seu trabalho foi distinto ao conduzir uma perspectiva ideológica fundamental da transição abolicionista para o trabalho “livre”. Não apenas em *Casa-Grande & Senzala*, suas ideias são elucidativas sobre isso. Em *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros no século XIX*, Freyre (2012, p. 50, grifos meus) revela diversas mazelas físicas e mentais decorrentes do cotidiano do trabalho escravo, produto da violência e do trabalho excessivo, porém, da seguinte forma concebe a relação entre o escravo e o proprietário:

E como essa história é até o fim do século, em grande parte, **a história do escravo explorado, aliás, com certa suavidade – porque o Brasil nunca foi um país de extremismos**, tudo aqui tendendo a amolecer-se em contemporizações, a adocicar-se em transigências – **pelo senhor de engenho**, em geral gordo, um tanto mole, com rompantes, apenas, de crueldade, pela mulher, também gorda, às vezes obesa, e pelo filho, pela filha, pelo capelão, pelo capitão-do-mato e pelo feitor do senhor de engenho; como a história econômica do Brasil é, até a Abolição, em grande parte, a história do trabalhador negro, a significação dos anúncios relativos a escravos torna-se capital.

Essa concepção de Freyre, pela qual a violência e a dominação de classe diluem-se em meio a aspectos culturais da cotidianidade, supõe certo “equilíbrio”

¹ Seria um equívoco assim supor tal pensamento sobre a realidade. Por mais que possua um apelo explicativo-causal implica, como ocorre com o estruturalismo, pincelar certas conexões em detrimento de outras.

de relações, uma mítica em torno do que se acredita ser um estado de convivência não totalmente pacífica nem totalmente contraditória, mas, que no final das contas revelaria uma nação promissora. De fato, Freyre (2003) se mostra positivo e confiante em torno dessa quimera também em *Casa-Grande & Senzala*.

Certamente, a classe dominante brasileira, na sua condição ao mesmo tempo subalterna e pioneira na condução dos desígnios mais amplos do capital internacional, não poderia sustentar os argumentos do racismo científico tradicionais em uma sociedade em plena transformação do modo de produção da vida – e esse processo foi razoavelmente longo, desde a transição propriamente dita ao seu ponto nevrálgico de incorporação mais ampla de trabalhadoras e trabalhadores negros nas décadas subsequentes. O próprio Freyre resgata esse processo no período pré-abolição, quando a comercialização de indivíduos negros sai do foco em prol de uma reestruturação não apenas no âmbito do trabalho – apesar de seu entendimento pouco crítico a respeito desse fato – sustentando que:

Os negros fugidos foram-se sumindo aos poucos, escondendo-se nos cantos das páginas, encolhendo-se em tipo miúdo, perdendo seu antigo luxo de pormenores, de um realismo como não há igual em nossa literatura, deixando de aparecer com títulos em negrita, às vezes avivados pela figura – quase um borrão – de um negro com a trouxa às costas, fugindo da casa do sinhô. **Até que desapareceram de todo. Era a Abolição que se aproximava.** Jornais que aderiam ao movimento emancipador e por escrúpulos, até então desconhecidos, de dignidade jornalística, recusavam-se a publicar anúncios de compra e venda de gente e sobretudo de fuga ou desaparecimento de escravos. Sociedades abolicionistas animavam e favoreciam a fuga dos negros; e com uma tal eficiência que se faziam temer pelos proprietários de diários e não apenas odiar pelos proprietários de escravos (Freyre, 2012, p. 57, grifos meus).

Como sabemos, porém, todas as considerações freyreanas citadas até o momento aportam a ideia de que o escravismo no Brasil possui uma característica tão distinta de outras formas escravistas, a tal ponto que nenhum dos lados teria saído prejudicado nessa forma de convivência.

Clóvis Moura (1988a, p. 3, grifos meus) ciente disso, afirma que

ao contrário do que dizem esses cientistas sociais tradicionais que desejam negar e/ou escamotear o assunto, **a escravidão no Brasil nada teve de benigna, democrática e cristã.** Pelo contrário. Milhões de homens foram transportados compulsoriamente de suas terras de origem, na África, colocados amontoados em navios negreiros, os tumbeiros, e levados, depois de ferrados com ferro em brasa, para serem vendidos nos entrepostos (mercados) como mercadoria.

Ademais, a estratégia das análises que deram vivacidade ao “mito da democracia racial” era isentar-se do compromisso de tratar da história a partir das formas de opressão e exploração. Nesse ponto, Moura (1988b) construiu argumentos fundamentais, tratando com profundidade das estratégias de sobrevivência e das formas de resistência dos escravos, entre diversas revoltas e participações de negros no período pré-abolição, inclusive em movimentos organizados e de confronto direto contra a opressão. No Brasil, dizia ele, “o rosário de lutas do negro escravizado contra o estatuto que o oprimia enche todo o período no qual perdurou o sistema escravista de produção (Moura, 1988a, p. 4).

Por aquela ideia “suavizada” das relações sociais no país interessar, portanto, apenas à burguesia emergente, seu conteúdo estratégico é evidente. Por sua vez, antes mesmo da vigência da Lei Áurea, o pensamento social e político sobre a fim do escravismo como condição para a realização da cidadania burguesa é uma marca inequívoca. O comando dos meios de comunicação por empresários e o papel da imprensa em tratar de temas ligados ao futuro do país pode ser visto nas mensagens, poemas e matérias desde antes da abolição aos dias atuais.

Um poema, de 23 de Março de 1888, do Monitor Campista, retrata o impasse dos adeptos do antigo regime: “Meu caro amigo e parente / este mundo na verdade / procura zombar da gente / não sei o que fazer agora / os negros foram-se embora”. O advento do projeto de cidadania burguesa é retratado em seguida: “Negro, não há mais não: nós tudo hoje é cidadão”.

Não tratarei, porém, nessas breves notas, acerca do processo de inserção dos negros em postos de trabalho no período seguinte de nossa história, no qual o conhecido “mito” tomou novas formas. Certamente os estudos de Fernandes (1965) e Ianni (1989), já apontam em muito o modo como a ideologia dominante justificava a expropriação e a opressão das negras e negros no mercado de trabalho, apesar de, até então, tais análises não terem superado outra metamorfose do “mito da democracia racial” que se construía e viria com mais força no período neoliberal: a estratégia de culpabilização dos trabalhadores negros, quando atestaram seu suposto “despreparo” para o mercado de trabalho brasileiro, o que não justifica (dado o acirramento das expressões de racismo e a marca discriminatória que esse mercado assume com seu desenvolvimento subalterno e sua especialidade em produzir “abismos” entre riqueza e pobreza) os níveis de miséria da população negra.

O contraponto que busco realizar aqui é sobre o recurso mais direto do multiculturalismo de resgatar uma perspectiva de “identidade brasileira” tão presente na forma inicial como aquele “mito” se apresentou – o que nos coloca em movimento na investigação da raiz dessa perspectiva na dinâmica do mundo atual, na fase de crise estrutural do capitalismo (Meszáros, 2002) e suas implica-

ções do ponto de vista da luta antirracista, quando os argumentos da ideologia pós-moderna adentram a luta política.

Do aprofundamento da crise atual e da filosofia pós-moderna: mito e realidade

Muito se tem por investigar acerca da relação entre o nosso recente passado escravista, sua dinâmica na sociedade brasileira e o caráter antidemocrático das transformações estruturantes que temos vivenciado atualmente. Carecemos de análises mais profundas sobre os impactos de tudo isso na questão racial brasileira.

Porém, não custa repetir que abordar esse aspecto comparativo de nossa história não requer uma cópia malfeita do que Marx (1984) produziu em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. O próprio fato de não haver uma burguesia revolucionária no Brasil na transição abolicionista (Fernandes, 1975) nos bastaria para tal conclusão, sendo preciso situar esta classe em nosso processo histórico particular. Trata-se, antes de tudo, de caracterizar as transformações estruturantes no modo de produção da vida social que se davam ao tempo da abolição, de modo a obter subsídio interpretativo para depurar o significado da ascensão multiculturalista e seu apelo à “identidade brasileira positiva” em meio às expressões mais ou menos alinhadas à tendência global de degeneração do controle liberal (ou neoliberal). Controle que, atualmente, só é possível ser conduzido e fortalecido no termos de um bloqueio da democracia.

Segundo a concepção de Abramides (2017), a reação de recuperação do capital perante sua crise estrutural gestada mundialmente na década de 70, por um lado, na esfera da produção com as formas de acumulação flexível e, de outra parte, na esfera da reprodução social com as políticas neoliberais por parte do Estado, teve impactos desastrosos em todas as dimensões da vida social. No Brasil, tais impactos se mostraram com maior força na década de 90, na fase de redemocratização, com a investida de políticas reformistas em diversos âmbitos.

A maior “abertura” ao reformismo não significava, porém, recuos por parte do capital. Vincula-se a formas de exploração do trabalho em níveis mais profundos, concomitante com a realização de pontuais conquistas, focalizadas e restritas, que sustentam o alargamento do consumo, compondo, dessa forma, uma estratégia de conciliação de classes (Abramides, 2017) ainda possível nesse estado de coisas.

O aspecto mais subjetivo desse processo, segundo Harvey (2008), é a condição ideopolítica que tais transformações provocavam nas esferas do trabalho, da produção cultural, das formas de sociabilidade. As concepções de mundo, acompanhando as alterações do mundo real e conduzindo, até certa medida, tais alterações, refletiam o modo dos seres sociais construírem representações “a par-

tir do fluxo da experiência humana” (Harvey, 2008, p. 293). É inequívoca, neste sentido, a sistemática negação de uma categoria da vida real, as classes sociais, que teriam chegado ao seu fim desde o início da crise estrutural do capitalismo contemporâneo. Importa-nos, porém, analisar como tais (im)posturas ideológicas passam a compor a luta política em meio à abertura reformista.

Nesse processo, é que os acordos e as alianças em torno das demandas do movimento negro adquirem maiores proporções. Em sentido amplo, segundo Abramides (2017, p. 24),

Há uma regressão histórica em que socialistas aderem à social-democracia, os social-democratas implantam políticas neoliberais e adotam a estratégia de conciliação de classes, o que ocorreu em grande parte nos governos denominados democrático-populares na América Latina e no Brasil essa expressão se estabelece com o PT. Esses governos demonstraram a falência da política de conciliação de classes, uma vez que desenvolveram programas focalizados de um lado e a aliança com o grande capital de outro, privilegiando banqueiros e empresários.

Daí então que as políticas de valorização e reconhecimento da “identidade negra” se fazem como formas possíveis de compensação da ação pública contra o racismo, porém sem provocar o combate direto ao fundamento do racismo, a forma social que o propulSIONA, tocando apenas superficialmente suas determinações culturais mais particulares. Não apenas isso, mas se mostra como uma marca muito presente no movimento negro em sua totalidade a falta de perspectiva em torno da luta dos trabalhadores contra o capital em prol de uma causa entendida apenas na sua particularidade: um ponto de partida filosófico tipicamente pós-moderno de se pensar a realidade como um todo tão diverso que seria desprovida de qualquer unidade (Harvey, 2008).

Na recusa de um debate sobre o modo de produção, como se essa fosse uma abordagem infértil, diversas perspectivas multiculturalistas tratariam de garantir que o fundamento do problema racial brasileiro estaria numa questão de “raça” e não de “classe”. Porém ao opor “raça” contra o entendimento de classe no sentido mais liberal, como “problemas de renda” e “capital humano”, nega-se a própria existência das classes em prol da relação mais imediata e particular entre brancos e negros no país, recaindo em uma proposta também liberal. Como bem interpretou Maestri (2018, n.p. – grifos meus) acerca disso,

A exportação para o Brasil, pelo imperialismo, da política de “discriminação positiva”, tinha dois grandes objetivos. O primeiro, econômico, visava **interromper a mobilização por serviços públicos universais**, com destaque para a educação. O que permitia desviar recursos públicos para objetivos não públicos: pagamento da dívida; financiamento do capital; corrupção, etc.

O segundo objetivo, político ideológico, visava **dividir explorados negros e brancos**, através de literal *racialização* da sociedade brasileira, lançada durante o governo de FHC, em 1995. Para essa proposta, no Brasil, o motor da história seria a oposição racial e não de classe.

Até aqui, aparentemente, o papel da filosofia pós-moderna em adequar os anseios de frações do movimento negro aos desígnios reformistas ainda ganha fôlego. Chegamos, portanto, a um ponto importante para a discussão da problemática inicialmente proposta.

Uma atualização desse debate é feita por Risério (2012) e Giannetti (2016), ao buscarem uma “via brasileira” de resolução dessas tentativas até então frustradas em torno das propostas “racialistas”. À luz de um apelo para o sentido que as comunidades étnicas fundadoras de nossa “miscigenação”, nossa forma de sociabilidade, os autores buscam afirmar que há uma saída possível que nos levaria a um estado distinto quanto à questão racial.

Percebe-se, claramente, um deslocamento até mesmo geográfico das propostas de superação do contexto atual, mais atreladas ao fatalismo burguês que outrora. Em Giannetti (2016), a versão multiculturalista que sustentou a tese de que a mobilidade social dos negros seria fundamental na conquista da autoestima, atestando a ânsia pela conquista de seu “lugar ao sol”, foi redirecionada para a ilusão de que o “enfrentamento” das adversidades poderia se dar na escala individual do “poder de si” que supostamente possuímos enquanto povo miscigenado.

Segundo Giannetti (2016), a “força de vontade” típica dos brasileiros, marca da tendência democratizante do português e da pujança dos negros, faria com que a massa de desapossados viva bem e feliz, podendo construir “palácios subjetivos” (Giannetti, 2016, p.154) em meio à degradação proporcionada pela crise contemporânea, sendo esse aspecto um “inestimável valor na economia do bem-estar subjetivo” (Giannetti, 2016, p. 154).

Daí que a utopia a ser formada entre nós, ao invés de superar na resistência e na luta a forma burguesa de democracia em prol de uma sociedade comum a todos, deveria, segundo o autor, congregar os segmentos imaginados à contemplação do que se “tem de melhor” em nossa forma de convivência e de modo que a democracia racial deixasse “de ser mito a encobrir para fazer-se forma de vida a revelar” (Giannetti, 2016, p. 172).

Essa concepção se torna tão descompassada frente à tendência de revoltas e formas de organização da classe trabalhadora e da população negra na reação aos ataques do capital, que não apenas vemos se tratar de um revés da filosofia pós-moderna, mas de seu alinhamento mais claro com uma proposta burguesa decadente, que já mostrou sua impossibilidade em diversos níveis.

Risério (2012), por sua vez, trata o tema com maior profundidade, apresentando também conclusões problemáticas para a compreensão do tema do racismo. Ao contrapor os argumentos dos adeptos da proposta “racialista” e a plasticidade da ideia de “afrodescendência”, supostamente “de esquerda”, busca desconstruir o apelo explicativo do passado escravista para a pobreza da população negra. Todavia, equaciona o problema colocando numa balança tanto a opressão dos escravistas como a dos escravizados, como sendo este um “defeito” de nossa cultura individualista, sem ponderar sequer sobre as possibilidades concretas que se abriam para o oprimido também oprimir. Mesmo considerando “evidente que o objetivo das revoltas escravas no Brasil era se ver livre do sistema econômico e social da escravidão”, pondera, isto ocorria “sempre em termos particulares, privativos [...] a escravidão era boa, sim, desde que para os demais, não para mim e para minha turma” (Risério, 2012, p. 405).

Diversas passagens, apesar da densidade de fatos mencionados, padecem de um posicionamento pretensamente neutro, que confirma sua indisposição em tratar o tema do racismo com uma perspectiva de totalidade. Por exemplo, na busca por contrapor o que considera um “excesso” por parte de alguns militantes, como a assertiva de que o período de ditadura militar foi perverso para as organizações negras, o autor afirma que líderes negros “não foram presos nem torturados” (Risério, 2012, p. 370), o que supostamente atestaria a despreocupação da repressão militar com relação à luta antirracista. Ora, em que termos essa discussão se coloca? Fala-se com ares de status e elitismo. É preciso lembrar que apenas tratar do tema do racismo seria considerado uma prática discriminatória por parte dos negros, um artifício sorrateiro alicerçado na espionagem, vigilância e perseguição das frações do movimento negro relegadas à clandestinidade. Ademais, segregados pelo stalinismo dos partidos comunistas, mesmo os comunistas negros apareciam fortemente isolados, daí sua menor exposição. Ademais, nessa metonímia falaciosa, como seguia essa inserção no extrato (de negras e negros) mais pauperizado e violentado cotidianamente, que nunca esteve “paralisado”?

A crítica do autor também não supera outro ponto crucial. Entendendo que o discurso racialista não retrata o caráter “miscigenado” da população brasileira, e que essa incursão na ideologia do movimento negro nega um aspecto central da particularidade identitária nacional, dois argumentos provocam um revés, de modo que reproduzem o que se pretende criticar.

O primeiro, ao recorrer à ideologia da “miscigenação”, quando se “dilui” a existência do racismo, atestando que todos somos iguais, adquire teor racista por não sermos todos iguais e haver diferentes níveis de opressão entre fenótipos reconhecidos socialmente. Porém, quando o movimento negro aponta para este fato e suas consequências nefastas na vida prática dos negros, o autor faz um

contraponto de que isto seria um racismo, pois, na verdade, nossa marca enquanto nação é sermos um povo “miscigenado”. Trata-se, assim, de um irracionalismo que se vale de um sentido político real e o ressignifica para opor-se a quem o utiliza. Um recurso tipicamente liberal que reverte a lógica da opressão.

O segundo aspecto é que o apelo simbólico sobre o “mulato”, que supostamente aniquilaria as contradições dualistas entre brancos e negros empreendidas pelas justificativas do racismo científico, retorna ao modo como o pensamento de que existem “raças” se põe de forma socialmente fantasiosa. Concordo com Malik (1999, p. 123), quando afirma que.

a crítica pós-moderna ao universalismo, longe de formular uma crítica à teoria racial, apropria-se, na verdade, de muitos de seus temas e reproduz os próprios pressupostos sobre os quais, historicamente, assentou-se o racismo. Em sua hostilidade ao universalismo e na sua aceitação do particular e do relativo, o pós-modernismo corporifica as mesmas ideias sobre diferenças encontradas nas teorias raciais românticas do século XIX.

Essas pseudo-soluções para o problema racial, partindo da necessidade de transformação da ideia, do significado, não toca na base real de produção de tais significados socialmente e comportam a via pela qual seria possível uma transformação social partindo-se da esfera particular da cultura. Essa espécie de “agenda política”, como vimos, não retrata outra coisa que sua própria impossibilidade concreta.

Considerações finais

Os diversos argumentos das teses multiculturalistas sobre a questão racial brasileira, à luz de um difuso conceito de “identidade brasileira” sofrem um revés, como vimos, especialmente no contexto atual, o qual escancara seu caráter antiontológico. A “via brasileira” de interpretação dos dilemas que enfrentamos, posta de modo alheio às respostas da classe trabalhadora perante as ofensivas do capital e suas diversas formas de opressão, não subsidia uma forma crítica para a real transformação desse contexto. O que se procurou mostrar é que as respostas para sua superação se encontram no direcionamento da classe trabalhadora em torno de sua unidade, não da fragmentação, ou seja, neste caso aqui em particular, tratar-se-ia da indissolubilidade entre a luta antirracista e a luta anticapitalista.

Referências

- ABRAMIDES, M. B. C. Democracia blindada: como demoli-la? *Argumentum*, Vitória, vol. 9, n. 2, p. 20-29, 2017.
- FREYRE, G. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros no século XIX*. São Paulo: Global, Ed. digital, 2012.
- _____. *Casa-Grande & Senzala*. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.
- GIANNETTI, E. *Trópicos Utópicos*. Uma perspectiva brasileira da crise civilizatória. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- IANNI, O. *A questão social*. São Paulo: Revista USP, Set, Out e Nov de 1989.
- FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. O legado da —raça branca|. São Paulo: Dominus Editora, v. 1, 1965.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- MAESTRI, M. *O marxismo e a questão racial: as cotas*. Plenarinho da UFRGS, 2018. Disponível em <https://espacoacademico.wordpress.com/2018/01/13/o-marxismo-e-a-questao-racial-as-cotas/>. Acesso em 15 Abr. 2018.
- MALIK, K. O espelho da raça: o pós-modernismo e a louvação da diferença. In: WOOD, E. M., FOSTER, J.B. (orgs.) *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- MARX, K. *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*. Edições Avante! 1984. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1852/brumario/cap05.htm>. Acesso em 10 dez 2014.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo. 2002.
- MOURA, C. Cem anos de abolição do escravismo no Brasil – 13 de Maio. Cem anos de abolição. *Revista Princípios*, São Paulo, n. 15, 1988a.
- _____. Miscigenação e democracia racial: mito e realidade. In: *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1988b.
- RISÉRIO, A. *A utopia brasileira e os movimentos negros*. São Paulo: Editora 34, 2012.